



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

KHOMAR TANDER'S DE OLIVEIRA

**A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO
À DOCÊNCIA (PIBID) PARA A FORMAÇÃO INICIAL DOS ALUNOS DE
PEDAGOGIA/ CAMPUS III - GUARABIRA**

**GUARABIRA-PB
2017**

KHOMAR TANDER'S DE OLIVEIRA

**A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO
À DOCÊNCIA (PIBID) PARA A FORMAÇÃO INICIAL DOS ALUNOS DE
PEDAGOGIA/ CAMPUS III - GUARABIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de graduada em Pedagogia.

Área de concentração: Educação.

Orientadora: Me. Débora Regina Fernandes Benício

**GUARABIRA-PB
2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

O48i Oliveira, Khomar Tanders de.

A importância do programa institucional de bolsas de iniciação à docência (PIBID) para a formação inicial dos alunos de Pedagogia / Campus III - Guarabira [manuscrito] : / Khomar Tanders de Oliveira. - 2017.

34 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2017.

"Orientação : Profa. Ma. Débora Regina Fernandes Benício, Departamento de Educação - CH."

1. Docência. 2. PIBID. 3. Educação. 4. Formação Docente.

21. ed. CDD 370

KHOMAR TANDER'S DE OLIVEIRA

A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À
DOCÊNCIA (PIBID) PARA A FORMAÇÃO INICIAL DOS ALUNOS DE PEDAGOGIA/
CAMPUS III - GUARABIRA

Trabalho de Conclusão de Curso
(Monografia) apresentado ao Curso de
Licenciatura Plena em Pedagogia da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito à obtenção do título de graduada
em Pedagogia.

Área de concentração: Educação.

Aprovado em: 22, 31, 2017

BANCA EXAMINADORA

Débora Regina Fernandes Benício
Professora Me. Débora Regina Fernandes Benício (Orientadora)
UEPB Campus III-DE

Lívia Maria Serafim Duarte Oliveira
Professora Me. Lívia Maria Serafim Duarte Oliveira (Examinadora)
UEPB Campus III-DE

Verônica Pessoa da Silva
Professora Dra. Verônica Pessoa da Silva (Examinadora)
UEPB Campus III-DE

Ao meu pai Lúcio José Soares de Oliveira
“*In Memoriam*”, a minha mãe Ana Rita e a
minha doce avó Maria Rosa. DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A DEUS por ter cuidado de mim durante todos os dias da minha vida, independente de qualquer que fosse minha situação, por ter me sustentado e fortalecido no decorrer dessa licenciatura.

Aos meus irmãos Geancarlos e Redhoar pelo companheirismo e compreensão nos momentos de estresse e sobrecarga de atividades acadêmicas e profissionais. À todos os primos e tios que me apoiaram de forma direta ou indireta, incentivando-me a sempre acreditar que tudo é possível.

Aos professores do curso que contribuíram brilhantemente para minha formação, em especial a professora Débora Regina Fernandes Benício que tem acompanhado e incentivado o meu crescimento profissional e pessoal, através das suas orientações mais que especiais e da sua gentileza e simplicidade.

Aos meus amigos Edielson e Edileuza, às amigas Maria do Livramento e Raisal Queiroga com as quais aprendi muito da vida. À todos os companheiros de jornada do PIBID (como trata-se de um número considerável prefiro agradecer de forma geral).

À todos os meus nobres colegas de turma que trilharam junto comigo essa caminhada de cinco longos anos e pelos momentos de amizade e apoio.

Obrigada a todos.

RESUMO

Mediante a importância da formação docente para efetivar a qualidade da educação na contemporaneidade, o presente trabalho busca refletir as contribuições do Pibid (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) para a formação inicial dos alunos de Pedagogia – Campus III / Guarabira. Dessa forma, os objetivos a serem alcançados são: a) Apresentar um breve histórico acerca da formação de professores, com ênfase na formação em curso de licenciatura em Pedagogia; b) Reconhecer o PIBID como política pública voltada para a formação de professores para a Educação Básica; c) Identificar os aspectos positivos e diferenciais do programa para alcançar uma prática inovadora; e d) Refletir como o programa tem contribuído para a melhoria da formação inicial dos alunos das licenciaturas. A metodologia utilizada para a elaboração desse trabalho foi a pesquisa de natureza qualitativa de cunho bibliográfico e documental. Foram utilizados como aporte teórico autores como: SAVIANI (2005), PIMENTA (2011), VEIGA (1989), MELLO (2000), BRZEZINSK (2002), HAGEMEYER (2004) e marcos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394-96) entre outros. Dessa forma, o Pibid é caracterizado por viabilizar o ingresso de licenciandos nas escolas públicas, contribuindo de forma efetiva para a melhoria da educação, através de ações que incentivam e fortalecem o exercício da docência, relacionando a teoria das universidades à uma prática inovadora e reflexiva seguindo as perspectivas da educação na atualidade.

PALAVRAS- CHAVE: Formação; Docência; PIBID; Educação.

ABSTRACT

The present work seeks to reflect the contributions of the Pibid (Institutional Scholarship Program for Teaching Initiation) for the initial formation of Pedagogy students - Campus III / Guarabira. In this way, the objectives to be achieved are: a) To present a brief history about the formation of teachers, with emphasis on training in undergraduate degree in Pedagogy; b) Recognize the PIBID as a public policy focused on teacher education for Basic Education; (c) identify the positive and differential aspects of the program in order to achieve an innovative practice; and d) Reflect on how the program has contributed to the improvement of the initial training of undergraduate students. The methodology used for the elaboration of this work was the qualitative research of a bibliographic and documentary nature. The authors used as a theoretical contribution such as: SAVIANI (2005), PIMENTA (2011), VEIGA (1989), MELLO (2000), BRZEZINSK (2002), HAGEMEYER (2004) and legal frameworks such as the 1988 Federal Constitution, Guidelines and Bases of National Education (9,394-96) among others. In this way, Pibid is characterized by allowing the entrance of graduates in public schools, contributing effectively to the improvement of education, through actions that encourage and strengthen the teaching practice, linking university theory to an innovative and reflexive practice following the perspectives of education today.

Keywords: Formation; Teaching; PIBID; Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------------|---|
| PIBID | Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| LDBN | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| PNE | Plano Nacional de Educação |
| DEB | Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica |
| IES | Instituições de Ensino Superior |
| MEC | Ministério da Educação e Cultura |
| PEC | Proposta de Emenda à Constituição |
| FUNDEB | Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 9 |
| 2 METODOLOGIA..... | 11 |
| 3 A POLÍTICA EDUCACIONAL PARA A FORMAÇÃO DOCENTE NA ATUALIDADE..... | 13 |
| 4 A FORMAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES NA ATUALIDADE | 18 |
| 5 CONTRIBUIÇÕES DO PIBID NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES..... | 24 |
| 6 CONCLUSÃO..... | 31 |
| REFERÊNCIAS | 33 |

1 INTRODUÇÃO

A profissão docente é, assim como outras profissões, baseada e direcionada pelo contexto histórico no qual está inserida. Desse modo, entende-se que as mudanças ocorridas durante os vários momentos da sociedade influenciam, não apenas as práticas educativas, como também, a própria formação do profissional da educação.

Sabendo que a questão da formação inicial de professores, encontra-se de fato, arraigada às políticas públicas que asseguram a qualidade e a continuidade dessa fase preparatória, no Brasil, nos últimos sete anos, um Programa faz diferença na formação inicial e continuada de professores: o PIBID- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, que mantido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O referido Programa tem contribuído de forma significativa para a formação desses profissionais, ofertando-lhes possibilidades de experimentar e refletir sobre a prática, auxiliando na construção da sua identidade docente.

A formação docente constitui-se um aspecto bastante complexo, sendo assim, é preciso que o futuro professor possa dispor de: oportunidades de articulação entre teoria e prática, ingresso desde cedo no ambiente escolar e adoção do caráter reflexivo e pesquisador sobre as ações pedagógicas desenvolvidas durante o período de formação inicial, em caráter teórico e prático.

Diante das finalidades da formação docente ao longo da história, em muitos momentos a profissão de professor não era vista como meio de formação para a cidadania e desenvolvimento crítico dos sujeitos, sendo assim busca-se através das ações realizadas nas instituições superiores atender às demandas sociais da contemporaneidade para efetivar esses fins, no entanto ainda existem lacunas nos cursos de formação docente, nesse sentido, apresentamos o seguinte problema de pesquisa: Como o Pibid tem contribuído para a melhoria da qualidade da formação dos alunos do curso de Pedagogia/ Campus III- Guarabira?

Para tanto, perseguimos como objetivo geral refletir sobre as contribuições do PIBID para a formação inicial dos futuros professores. Buscamos atingir os

seguintes objetivos específicos: a) Apresentar um breve histórico acerca da formação de professores, com ênfase na formação em curso de licenciatura em Pedagogia; b) Reconhecer o PIBID como política pública voltada para a formação de professores para a Educação Básica; c) Identificar os aspectos positivos e diferenciais do programa para alcançar uma prática inovadora; e d) Refletir como o programa tem contribuído para a melhoria da formação inicial dos alunos das licenciaturas.

O presente trabalho ressalta a importância do PIBID para a melhoria da formação docente, resgatando o contexto histórico da educação, comparando-o com o atual, para que assim seja possível compreender que não existe uma educação de qualidade sem uma formação eficiente para os futuros professores.

A metodologia utilizada para a elaboração desse trabalho foi a pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico e documental, relacionada à temática abordada. Dessa forma, foram consultados livros e textos de autores como: Saviani (2005), Pimenta (2011), Veiga (1989), Mello (2000), Brzezinsk (2002), Hagemeyer (2004) e marcos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96, PNE (2014), as Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Pedagogia, o Decreto 8.752 de 9 de maio de 2016 que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, o Relatório de Gestão – DEB 2009- 2014 e o Decreto 7.219/ 2010.

O referido trabalho é dividido em três capítulos, o primeiro apresenta um resgate dos aspectos históricos da docência, o segundo capítulo trata da formação inicial dos professores na atualidade e o terceiro traz uma reflexão sobre o PIBID como uma política pública para a formação de professores na educação básica, incluindo uma breve reflexão de aspectos relevantes decorrentes da minha experiência pessoal no referido projeto.

Nesse sentido, é preciso considerar que os investimentos teórico e experimental depositados na formação desses futuros profissionais da educação, configuram-se como fatores de extrema importância para efetivar a construção identitária dos alunos, conseqüentemente, norteará sua prática pedagógica.

Sendo assim, mediante o contexto histórico da formação docente e considerando as bases legais vinculadas à esse segmento, analisaremos as ações

do PIBID para a formação docente e sua contribuição para promover a inovação das práticas pedagógicas em um caráter reflexivo e o aproveitamento prático da formação em cursos superiores para o exercício da docência, considerando o papel desse profissional na sociedade contemporânea.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a elaboração desse trabalho foi a pesquisa qualitativa. Segundo Deslandes (1994, p.21)

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Sendo assim, através da pesquisa qualitativa buscou-se um melhor entendimento acerca dos fenômenos educacionais relacionados à formação inicial de professores, considerando os aspectos históricos e marcos legais concretizados atualmente através de ações e programas como o PIBID, visando o asseguramento da qualidade educacional e sua relação com o contexto social. Foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e documental, relacionadas à temática abordada. Nesse sentido a pesquisa bibliográfica caracteriza-se pelas fontes de informações geralmente escritas como livros, boletins, monografias, assim como meios oralizados de comunicação (rádios e gravações) tendo como finalidade fornecer ao pesquisador uma maior quantidade de dados, auxiliando-o na análise e compreensão do objeto de estudo em diversos contextos. “Segundo Lakatos (2010, p.166) a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que foi dito ou escrito, sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.”

Já a pesquisa documental baseia-se na utilização de documentos, podendo ser escritos ou não, como fonte de dados para a construção do trabalho. “Segundo Lakatos (2010, p.161) Os documentos oficiais constituem geralmente a fonte mais fidedigna de dados. Podem dizer respeito a atos individuais, ou, ao contrário, atos da vida política, de alcance municipal, estadual ou nacional.”

Dessa forma, os elementos de pesquisa supracitados foram indispensáveis para a elaboração desse trabalho, pois constituem-se como ferramentas para melhorar a compreensão sobre o contexto histórico da formação docente, através da consulta de documentos legais e sob às perspectivas de diversos autores, possibilitando uma análise mais abrangente do papel do PIBID na formação inicial dos alunos de Pedagogia.

3 A POLÍTICA EDUCACIONAL PARA A FORMAÇÃO DOCENTE NA ATUALIDADE

A história da formação de professores teve início já na época de Comenius (Século XVII), mas apenas em 1684 é que veio a ser fundado o Seminário dos Mestres, através de São João Batista de La Salle, localizado em Reims. No entanto, a institucionalização dos locais de formação docente, começa no Século XIX, após o período da Revolução Industrial, quando houve o direcionamento ao objetivo de instruir a população para o exercício do trabalho (SAVIANI, 2005).

Nesse momento, há a proveniência de Escolas Normais com o intuito de formar professores para atender a nova demanda social. A primeira instituição é instalada em Paris em 1795, nesse período aparece a distinção entre Escola Normal Superior e Escola Normal Primária (SAVIANI, 2005).

Em 1802, Napoleão ao realizar a conquista do Norte da Itália, estabelece a Escola Normal de Pisa, baseando-se na estrutura da Escola Normal de Paris, no entanto essa instituição não se dedicou à instrução didática e pedagógica de seus alunos. Com o passar do tempo, outros países como Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, foram influenciados a adotarem também o modelo das Escolas Normais (SAVIANI, 2005).

O marco da preocupação com a formação docente no Brasil, aparece com o possível intuito de instrução população, após a independência. Portanto, para compreender as mudanças na educação é preciso, considerar sua articulação com as ações sociais.

Dos colégios Jesuítas até a criação dos cursos superiores fundados na época da vinda de D. João VI (1808), não foi disseminado de forma explícita o interesse pela formação docente, surgindo apenas alguns preceitos, através da Lei das Escolas de Primeiras Letras de 15 de outubro de 1827 (SAVIANI, 2005).

Com a Promulgação do Ato Adicional de 1834, o ensino primário fica sob a obrigação das províncias, há então a criação das Escolas Normais. Em 1835, é fundada em Niterói (RJ) a Escola Normal pioneira do Brasil, influenciando boa parte das outras províncias.

Segundo Saviani (2005, p.143)

Esse caminho foi seguido pela maioria das províncias ainda no século XIX, na seguinte ordem: Bahia, 1836; Mato Grosso, 1842; São Paulo, 1846; Piauí, 1864; Rio Grande do Sul, 1869; Paraná e Sergipe, 1870; Espírito

Santo e Rio Grande do Norte, 1873; Paraíba, 1879; Rio de Janeiro (DF) e Santa Catarina, 1880; Goiás, 1884; Ceará, 1885; Maranhão, 1890. Essas escolas, entretanto, tiveram existência intermitente, sendo fechadas e reabertas periodicamente.

As Escolas Normais deveriam priorizar o ensino específico para a formação de professores, no entanto, prevaleceu o ensino das matérias das escolas de primeiras letras, dessa forma, o que era repassado aos futuros professores não era o domínio didático- pedagógico, pois o viés normalista para a formação docente permaneceu instável no decorrer do século XIX (SAVIANI, 2005).

Couto Ferraz insatisfeito com a pequena quantidade e qualidade do número de professores que se formavam, fechou a Escola Normal de Niterói, adotando mais tarde o Regulamento de 1854, que instituía professores adjuntos. No entanto, essa estratégia faliu, reabrindo a Escola de Niterói em 1859 (SAVIANI, 2005).

O sistema de Escolas Normais foi firmado e expandido, quando de fato aconteceu a mudança no âmbito da instrução pública em 1890 e os reformadores consideraram a visão de que o ensino não poderia ser eficaz para mudanças, se os professores não estivessem sendo preparados nos padrões pedagógicos-científicos mais avançados para atender às necessidades sociais (SAVIANI, 2005).

A partir das reformas no sistema de Escolas Normais a o aprimoramento do currículo dessas escolas, passaram a enfatizar questões relativas à adequação dos conteúdos ministrados e à falta do exercício prático da docência, sendo para tanto, criada a escola-modelo anexa à Escola Normal (SAVIANI, 2005).

Apesar dos avanços conquistados com a reforma do currículo e a inovação sobre a prática, após a primeira década do período republicano, houve o esfriamento dos ideais de reforma da educação. Uma nova perspectiva surge com a criação dos institutos de educação, tidos como ambientes de ensino e pesquisa na área da educação. Os primeiros institutos foram o do Distrito Federal fundado por Anísio Teixeira em 1932 e sob a direção de Lourenço Filho e o Instituto de Educação de São Paulo criado por Fernando de Azevedo em 1933 (SAVIANI, 2005).

Já sob os princípios da Escola Nova e a reforma instituída pelo Decreto nº 3.810, de 19 de março de 1932, com o intuito de implantar nas Escolas Normais um ensino específico para a formação de professores, foram incluídas no seu currículo disciplinas como Biologia educacional, Psicologia educacional, História da educação entre outras, já no primeiro ano (SAVIANI, 2005).

Cada escola de formação de professores dispunha ainda de um amplo espaço de apoio prático para os professores, segundo Saviani (2005, p.146):

Como suporte ao caráter prático do processo formativo, a escola de professores contava com uma estrutura de apoio que envolvia: a) jardim de infância, escola primária e escola secundária, que funcionavam como campo de experimentação, demonstração e prática de ensino; b) instituto de pesquisas educacionais; c) biblioteca central de educação; d) bibliotecas escolares; e) filmoteca; f) museus escolares; g) radiodifusão.

Percebe-se que nesse período, há uma preocupação em instituir locais de formação docente, que obedecessem a um viés científico- pedagógico para formar profissionais através de um currículo bem articulado entre as áreas de humanas e das ciências.

Com a consolidação dos Institutos de Educação de São Paulo e do Distrito Federal, foram promovidos ao nível superior, chegando a ser incorporados às Universidades de São Paulo e do Distrito Federal, constituindo o alicerce para a organização dos cursos de formação docente, que atenderiam o nível secundário (SAVIANI, 2005).

Com a disposição do Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939, foi estabelecida a organização à Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, influenciando várias outras escolas de nível superior. A partir desse Decreto, ficou conhecido um modelo que serviu tanto para o ensino das disciplinas específicas no ensino secundário, como para formar professores que lecionavam em Escolas Normais. O modelo de três anos para as disciplinas específicas e um ano para os conteúdos de formação didática, por isso chamado “sistema 3+1” (SAVIANI, 2005).

O referido modelo efetivava a dissociação entre teoria e prática e no qual muitas vezes o predomínio das disciplinas específicas sobre às didáticas, fazendo com que muitos tivessem a ideia de que bastaria ter domínio da disciplina específica para ser um bom profissional (AZEVEDO, et al., 2012)

Apesar de diversas reformas sociais e políticas, a sanção das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 4.024/61 que dispunha sobre o Processo de Formação do Magistério, o sistema 3+1, arrastou-se por anos e ainda hoje apresenta resquícios no tocante a falta de integração entre teoria e prática (AZEVEDO, et al., 2012)

O lado negativo da formação docente em nível superior foi a perda da visão fundamental das práticas efetivadas nas escolas experimentais, que serviam como locais de pesquisas e estudos dos fenômenos educacionais. O curso Normal também passou por modificações, que dividiu sua estrutura em dois ciclos. De acordo com Saviani (2005, p.147):

[...] o primeiro correspondia ao ciclo ginasial do curso secundário e tinha duração de quatro anos. Seu objetivo era formar regentes do ensino primário e funcionaria em Escolas Normais regionais. O segundo ciclo, com a duração de três anos, correspondia ao ciclo colegial do curso secundário. Seu objetivo era formar os professores do ensino primário e funcionaria em Escolas Normais e nos institutos de educação.

Os cursos de licenciatura e de Pedagogia fundamentaram seu currículo nas disciplinas que seriam ministradas, sem priorizar as escolas campo, dessa forma as partes pedagógicas e didáticas dos cursos, passaram a ser representadas pela disciplina de Didática. Na verdade, o que se entendia é que os cursos Normais preparavam mais para ensinar conteúdos aos alunos, do que prepará-los efetivamente para a docência e para assegurar a qualidade do ensino.

Durante o período de golpe militar houve modificações na legislação do ensino, que passou a designar o ensino primário e médio para primeiro e segundo graus respectivamente, devido a lei nº5.692/71. Por consequência disso aconteceu o desaparecimento das Escolas Normais, sendo substituídas pelas habilitações específicas de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau. De acordo com o parecer nº 349/72 de 6 de abril de 1972, o magistério passou a ter duas modalidades: uma que duraria três anos para ensinar até a 4º série e outra com extensão de quatro anos para lecionar até a 6º série do primeiro grau (SAVIANI, 2005).

O fato de o Curso Normal ter passado a ser apenas uma habilitação de 2º grau, tornou o processo de formação precarizado. Com a motivação de reerguer as Escolas Normais o governo lança, 1982, Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério, chegando a não dar certo pela falta de políticas públicas para o aproveitamento de professores (SAVIANI, 2005).

Em consonância com a lei nº 5.692/71 que dispôs sobre a formação de professores em cursos de licenciatura curta ou plena, habilitando-os para o exercício específico do Magistério, assegurando também a formação de especialistas na área (SAVIANI, 2005).

Em 1980, tem início a reorganização dos cursos de Pedagogia e licenciatura, colocando a docência como suporte para consolidar a identidade dos profissionais de abrangência educacional (SAVIANI, 2005).

Numa perspectiva mais atual, a LDB 9.394/96 colocou como possibilidade de formação aos cursos de Pedagogia e licenciatura, os Institutos Superiores de educação e as Escolas Normais Superiores, colocando os institutos como Instituições de Ensino Superior de segunda categoria, aligeirando a formação através de cursos de menor durabilidade. No entanto, o que se percebe sob análise histórica da formação docente é a ineficiência das políticas públicas pensadas para o preparo de professores, tendo como princípio básico a consolidação das habilidades pedagógico - didáticas ausentes durante tanto tempo no contexto educacional (SAVIANI, 2005).

4 A FORMAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES NA ATUALIDADE

O ato de ensinar constitui uma prática notoriamente social, sofrendo assim, influência das mudanças de paradigmas, no século XXI o eixo condutor da educação deve ser crítico, reflexivo e inovador. Dessa forma, o futuro professor necessita dispor de experiência, conhecimentos específicos e também pedagógicos, para que assim possa construir gradativamente sua identidade docente, atendendo a esse novo padrão social.

De acordo com Brzezinsk (2002, p.125): “Saber ensinar pressupõe experiência, conhecimentos específicos e saberes pedagógicos didáticos. É nesse tripé que podemos apoiar a formação do docente e atribuir-lhe identidade. ”

É preciso considerar que o **ser professor**, configura um misto de dois conceitos. O primeiro, é o de profissionalização, no qual se evidencia a preparação técnico pedagógica para exercer essa função, e o segundo, profissionalismo, baseado na função social do professor. Nesse sentido, espera-se que o aluno ao ingressar na carreira docente tenha claro, em suas convicções a complexidade existente entre as diferenças dessas duas vertentes.

A prática é o elemento principal nos cursos de formação docente. Os componentes que fazem parte da grade curricular de um curso de licenciatura, deveriam integrar-se no objetivo de proporcionar aos seus alunos uma formação eficaz, que contemple os aspectos social, pedagógico e individual.

Para Pimenta (2011, p. 88)

O professor é um profissional do humano que ajuda o desenvolvimento pessoal e intersubjetivo do aluno, sendo um facilitador de seu acesso ao conhecimento; é um ser de cultura que domina sua área de especialidade científico e pedagógico – educacional [...]

Nesse sentido, entende-se que o futuro professor deve estar preparado para conduzir o processo de ensino-aprendizagem dos seus alunos e ainda auxiliar no seu desenvolvimento integral. A universidade enquanto local de formação desses profissionais é também espaço de promoção do exercício da criticidade para situar o licenciando no contexto histórico e cultural no qual está atuando.

Mediante atender as exigências da contemporaneidade o papel do professor tornou-se ainda mais complexo, tendo em vista que a evolução tecnológica possibilitou o acesso às novas informações e, conseqüentemente, fez surgir uma

maior diversidade de opiniões, concentradas no espaço da sala de aula, tornando-se um fator considerável para a formação do futuro professor.

Segundo Hagemeyer (2004, p. 71):

Em relação ao aluno, o acesso ao conhecimento se dá concomitantemente à influência da mídia (televisão, Internet, revistas, cinema, vídeos etc.) e das relações que se dão na sociedade, como os grupos de amigos, as tribos urbanas com valores específicos e maneiras peculiares de vestir, a música, o futebol, a igreja e outras.

Sendo assim, estabelecer contato cada vez mais cedo com as vivências no ambiente escolar, oferece possibilidade de ingresso, trabalho e ressignificação da identidade docente do sujeito em formação. Geralmente os alunos entram em contato com a prática docente através dos períodos de estágios, que em sua maioria se concentram ao final dos cursos de licenciatura, observando a prática do professor regente da sala e assimilando os pontos que considerou conveniente nas ações daquele profissional.

É nesse momento que a formação acadêmica servirá como aporte teórico-metodológico para que o aluno licenciando tenha capacidade de realizar uma análise crítica daquela prática, promovendo a melhoria da realidade a qual está inserido.

De acordo com Pimenta (2011, p. 49):

Portanto, o papel da teoria é oferecer aos professores perspectivas de análises, para compreender os contextos históricos, sociais e culturais, organizacionais e de si mesmos como profissionais, nos quais se dá a sua atividade docente, para neles intervir, transformando-os.

Outro ponto relevante é a dissociação existente entre teoria e prática, é preciso modificar a forma como se conduz o processo de teorização nas universidades, redirecionando-o para uma perspectiva mais realista das suas abordagens. Não que as leituras utilizadas para embasar os componentes dos cursos sejam ineficientes, mas o que falta é vincular as ideias e conceitos dessas literaturas, aos contextos que os alunos e futuros professores irão atuar, fazendo com que os conhecimentos por eles adquiridos não se percam em meio ao tecnicismo de práticas e métodos tradicionalmente utilizados, mas que possam ser luz para conduzi-los pela trajetória de uma educação com qualidade.

Dessa forma, os cursos de formação de professores não podem e nem devem ser vistos pela mesma ótica dos outros cursos de graduação, tendo em vista

sua importância estratégica para a continuidade da carreira docente e da formação de vários outros segmentos de profissionais que articulam o conjunto social.

De acordo com Mello (2000, p.5):

A educação escolar é uma política pública endereçada à constituição da cidadania. Quando forma médicos, contribui para o sistema de saúde da mesma forma que a preparação de cineastas é a contribuição da educação para o desenvolvimento da arte cinematográfica. Quando se trata de professores, a educação está cuidando do desenvolvimento dela mesma, para que possa continuar contribuindo para a medicina, a engenharia, as artes e todas as atividades que exigem preparação escolar formal, além de sua finalidade de constituição de cidadania.

A formação inicial é um campo fundamental para a melhoria da educação básica no nosso país. A escola é a representação das políticas públicas voltadas para a efetivação da cidadania e para a qualificação profissional, através da contribuição pedagógica e social aos indivíduos da sociedade, fundamentando-se no que delibera a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96, título VI, art. 62 determina que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Nos últimos anos houve muitas inquietações a respeito da formação inicial e continuada de professores, nesse sentido a organização do sistema educacional, dos programas e das políticas públicas está voltada para essas áreas.

Dessa forma, um ponto relevante para a formação docente é o Decreto 8.752 de 9 de maio de 2016 que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica com o objetivo de assegurar os seus princípios e objetivos, organizando seus programas e ações, em regime colaborativo entre os sistemas educacionais diversos e ainda em concordância com o PNE de 2014 e os planos decenais dos Municípios, Estados e Distrito Federal (BRASIL, 2016, p. 1).

Como princípios norteadores para a formação de professores para a educação básica o referido decreto assegura no seu capítulo I, art. 2º, incisos IV e V a garantia do padrão de qualidade dos cursos de formação inicial e continuada, além de articulação entre teoria e prática durante a formação do professor tendo como base os conhecimentos científicos, pedagógicos e técnicos específicos de acordo com sua função.

O professor da contemporaneidade deve possuir competência para não estar limitado a lecionar apenas conhecimentos prontos, mas para ser um professor pesquisador que problematize sua prática e atue com autonomia sempre que necessário.

A Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), tendo como diretrizes dois pontos fundamentais que estão interligados com a questão da formação de professores: a melhoria da qualidade da educação e a valorização dos seus profissionais, pois só existe possibilidade de melhorias no setor educacional se houver investimentos na qualificação e principalmente na formação inicial dos professores de base (BRASIL, 2014).

A Meta 13 do PNE prevê a elevação da qualidade da educação superior e a ampliação do número de mestres e doutores do corpo docente em exercício, para tanto fica adotado como estratégia:

13.4) promover a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos (as), combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência;

Essa estratégia vem fortalecer o fato de que a educação é um eixo articulador social, que promove através do ensino o desenvolvimento e a melhoria dos aspectos fragilizados da sociedade, seguindo os princípios de igualdade, respeito e cidadania. Sendo indispensável, a reformulação ou complementação dos cursos de formação inicial, inclusive em caráter indispensavelmente curricular.

As instituições de formação de professores tornam-se peças chaves do sistema educacional, pois é através delas e do seu funcionamento que será

determinada a qualidade do professor e conseqüentemente da educação e dos processos sociais.

As Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, asseguram no seu Art. 5º que o aluno egresso do curso de Pedagogia, deverá dispor de várias competências. Vejamos apenas algumas:

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária; [...]

VII - relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas; [...]

XII - participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico; [...]

XIV - realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental

XV -utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;

XVI - estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

Levando em consideração o contexto e os paradigmas atuais da sociedade, percebemos que tais diretrizes instituem um conjunto de competências baseadas nos padrões do século XXI, como o uso das tecnologias no processo educacional, realização de pesquisas sobre os processos de ensino e aprendizagem em diferentes contextos, implantação, aplicação e avaliação das determinações legais de forma crítica e a participação na elaboração dos projetos pedagógicos das escolas.

Com o intuito de repensar as questões relacionadas à formação dos professores, houve essa busca de organicidade entre programas e instâncias gestoras dessas políticas para redimensionar suas ações à formação inicial e continuada da docência, nessa perspectiva destaca-se ainda no contexto atual educacional, a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica (Decreto 8.752/2016).

A formação inicial do professor na atualidade requer uma organização de sistemas que obedecem ao ritmo do paradigma da contemporaneidade, por isto,

necessitam de profissionais que possuam na sua identidade docente a flexibilidade capaz de inovar e criticar sua prática dentro do contexto que atua e assim possa cumprir um papel de educar com compromisso e qualidade.

5 CONTRIBUIÇÕES DO PIBID NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

A construção da identidade do professor é algo que está muito arraigada às oportunidades de vivenciar a prática desse ofício. Nesse sentido, torna-se imprescindível que as instituições formadoras proporcionem momentos de discussão teórica, assim como, de experiências práticas no contexto escolar.

Sendo assim, dentre as iniciativas das instâncias educacionais maiores para incentivar a melhoria da qualidade da educação através da formação de professores, contemplando os diversos cursos de licenciaturas, destacam-se os incentivos aos programas de iniciação à docência, como previsto em documentos e políticas nacionais para a educação.

De acordo com o Título VI da LDB 9.394-96 referente a formação dos profissionais da educação

§ 5º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios incentivarão a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública mediante programa institucional de bolsa de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, de graduação plena, nas instituições de educação superior.

Da mesma forma, a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica estabelecida pelo Decreto 8.752 /2016 também regulamenta os programas de iniciação à docência através do seguinte texto:

Seção II. Art. 11. No âmbito dos planos estratégicos a que se refere o inciso I do **caput** do art. 7º, o Ministério da Educação apoiará técnica ou financeiramente, conforme o caso:

VII - programas de iniciação à docência, inclusive por meio de residência pedagógica;

Dentro desses aspectos, o PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), oferece bolsas aos alunos dos cursos presenciais que se comprometam com o exercício da docência na rede pública de ensino, como estagiários e futuramente como profissionais, tal iniciativa tem como objetivo estabelecer o vínculo entre os alunos e as salas de aula, promovendo não apenas o adiantamento da prática do educando como também, a articulação entre ensino superior e os sistemas educacionais dos estados e municípios.

Segundo o Relatório de Gestão – DEB 2009- 2014

O Pibid oferece bolsas para que alunos de licenciatura exerçam atividades pedagógicas em escolas públicas de educação básica, contribuindo para a

integração entre teoria e prática, para a aproximação entre universidades e escolas e para a melhoria de qualidade da educação brasileira. Para assegurar os resultados educacionais, os bolsistas são orientados por coordenadores de área – docentes das licenciaturas - e por supervisores - docentes das escolas públicas onde exercem suas atividades (RELATÓRIO DE GESTÃO – DEB 2009- 2014, p.63).

A trajetória do PIBID começou através do Prof. Dr. Jorge Almeida Guimarães, na ocasião, presidente da Capes, sendo lançado então em 2007, com cerne na docência, priorizava apenas as áreas de Física, Química, Biologia e Matemática para o nível médio. Porém, em decorrência do sucesso das ações do projeto e do aumento da demanda educacional, passou a atender a toda a Educação Básica a partir de 2009.

Com o Decreto 7.219 / 2010 a efetivação do interesse do Ministério da Educação em institucionalizar e manter o programa nas políticas públicas educacionais, fica consolidado, vejamos no Art. 1º desse Decreto

Art. 1º O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, executado no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, tem por finalidade fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria de qualidade da educação básica pública brasileira.

As Instituições de Ensino Superior (IES) estaduais ou federais que tenham interesse em participar do programa devem apresentar a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior), propostas de projetos de iniciação à docência, firmando convênios ou acordos de cooperação com as redes públicas de ensino, promovendo assim a inserção dos licenciandos em escolas públicas desde o início do processo de formação. As universidades aprovadas pela Capes recebem bolsas para o custeio do desenvolvimento das atividades do projeto, os bolsistas passam por uma seleção feita por cada IES.

Para o PIBID, o Decreto 7.219/ 2010 estabelece:

Art. 3º São objetivos do PIBID:

I - incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;

II - contribuir para a valorização do magistério;

III - elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;

IV - inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;

V - incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como cofomadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; e

VI - contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

O PIBID é um programa fruto da articulação entre diversas políticas públicas, que através dele efetivam ações voltadas para a resolução e o gerenciamento de metas e princípios contidos nessas políticas. Tais como incentivar a formação inicial e continuada de profissionais do magistério como prevê: a Lei 11.502 de 11 de julho de 2007, as diretrizes do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007), os princípios da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica através do Decreto 6.755, de 29 de janeiro de 2009 e Lei nº 11.947, de junho de 2009, art.31, a Portaria Normativa MEC nº 9, de 30 junho de 2009 entre outras orientações.

No contexto atual o que se tem salientado para a melhoria da educação brasileira é a qualidade da formação dos professores. Isso engloba o tempo e o acesso que esses agentes sociais tem tido à realidade da prática docente, visto que, atualmente nos cursos de licenciatura, o aluno começa a entrar em contato com essa realidade apenas no período de estágio supervisionado.

Vale lembrar que as formas de conduzir e teorizar as ações pedagógicas, no processo de formação do futuro professor, irão facilitar sua inserção no cenário educacional. Nesse sentido, o PIBID apresenta propostas de práticas inovadoras e métodos diferenciados, além do que o aluno bolsista tem a possibilidade de interagir durante um período maior de tempo com as vivências do ambiente educacional. Desse modo, possuindo a liberdade para planejar suas ações, executá-las, refletir sobre elas e modifica-las, quando necessário, através da articulação entre a teoria da universidade e as práticas desenvolvidas nas escolas.

Um dos pontos de destaque da atuação do PIBID nas escolas é o levantamento dos aspectos de carência educacional e social da localidade que o programa atende, sendo definidas pelas IES através da interação com a realidade de cada escola. O PIBID possibilita a atuação em caráter extracurricular, ofertando uma carga horária diferenciada em relação aos estágios supervisionados.

A participação dos bolsistas deve ser prática e não apenas de observação, pois as experiências pedagógicas vivenciadas no ambiente escolar são fundamentais para a formação inicial do educador.

Em se tratando de formação inicial uma habilidade indispensável a um bom professor: é a didática apoiada por uma prática pedagógica reflexiva. Nas ações desenvolvidas pelo PIBID o futuro professor é orientado pelas suas diretrizes em uma perspectiva crítica sobre a sua prática social, fator este que delimita e orienta suas atividades educativas.

Veiga (1989, p. 21) sobre a prática pedagógica reflexiva afirma que:

A característica principal dessa prática pedagógica é o não rompimento da unidade entre teoria e prática. A prática pedagógica tem um caráter criador e tem, como ponto de partida e de chegada, a prática social que define e orienta sua ação. Procura compreender a realidade sobre a qual vai atuar e não aplicar sobre ela uma lei ou um modelo previamente elaborado.

Dessa forma, durante o tempo que fui aluna bolsista do PIBID pude vivenciar de forma muito prazerosa a experiência da docência, ainda estando na Universidade, participar do programa contribuiu em muito para a minha formação profissional e pessoal.

Dentre os aspectos que merecem destaque nas ações do PIBID para a minha formação estão:

- a) Compreender a importância da coletividade nas ações pedagógicas desenvolvidas no ambiente escolar e da valorização da diversidade.
- b) Desenvolver habilidades de pesquisa e planejamento de atividades, tendo como pressupostos a realidade local e as orientações de documentos legais e autores pertinentes a temática abordada pelo projeto desenvolvido na escola.
- c) A efetivação das relações entre teoria e prática, entre escola e universidade.
- d) Aprendizagem significativa mediante vivência de situações diversas e possibilidade de intervenção pedagógica orientada no ambiente escolar.
- e) Incentivo ao desenvolvimento de atividades inovadoras e construtivistas nas salas de aulas.
- f) Possibilidade de produção, divulgação e apreensão de conhecimentos científicos em eventos diversos na área de educação.

- g) Desenvolvimento de um perfil mais humanizado de profissional docente, mediante a troca de experiências com os alunos.
- h) Desenvolvimento das habilidades referentes à oratória, à didática e à reflexão mediante a prática.

Dessa forma, o Pibid tem contribuído não apenas para a formação de professores, mas tem desempenhado um importante papel social, tendo em vista que o mesmo constitui a efetivação de uma política pública, portanto, parte de uma necessidade comum, a melhoria da qualidade da educação.

No entanto, suas ações têm impactado não apenas a formação docente inicial, mas também a forma como é articulado o conhecimento dentro das universidades, estendendo-se a toda a comunidade escolar, através de ações de interação e inovação entre as culturas, as faixas etárias e as classes sociais.

É no contexto de formação de professores críticos e reflexivos que conseguimos enxergar que o sistema educacional deveria investir na (re) elaboração de propostas curriculares e planos de curso, que valorizassem a experiência para os estudantes dos cursos de formação docente e o desenvolvimento de um olhar reflexivo sobre a realidade da qual os futuros professores irão atuar.

Portanto, o PIBID configura atualmente um marco para a educação brasileira, especificamente, para a formação de professores ou iniciantes na área, pois através desse programa tem-se conseguido avanços nas áreas de maior *déficit* no sistema educacional, colaborando com os mais diversos níveis de ensino e formação.

A partir do momento em que a universidade adentra o espaço das escolas da educação básica, acontece uma troca de experiências, pois o aluno bolsista passa a reconhecer a escola como espaço de aprimoramento e aprendizado ao mesmo tempo em que tem a possibilidade de levar questões relativas ao contexto geral da comunidade escolar para serem debatidas nas salas de aula da sua licenciatura, proporcionando a busca por soluções efetivas, confrontando a teoria com a prática. De acordo com Veiga, (1989, p.22) “A reflexão didática é feita a partir da análise crítica das experiências concretas, dos problemas reais da prática pedagógica enfrentados pelos professores [...]”

Portanto, é preciso reconhecer o potencial transformador do PIBID dentro dos espaços nos quais atua, através da integração entre teoria e prática, ensino superior e educação básica, alunos e professores, e assim conseguir nessa

perspectiva modificar os rumos da educação e conseqüentemente da sociedade, pois um país de igualdade e cidadania só se faz com professores que compreendam sua função.

No entanto, o contexto atual da educação brasileira, está sendo marcado por um processo de ruptura democrático de diversas atividades desse setor, configurando uma desarticulação de conquistas históricas e sociais relativas ao acesso e a qualidade educacional.

Nos últimos anos, principalmente em meados de 2016, durante o governo interino de Michel Temer foram criadas medidas que concretizaram esse desmonte das conquistas populares.

Com o discurso da necessidade de equilibrar as contas públicas, iniciou-se uma série de mudanças, integrações ministeriais e medidas adotadas pelo governo, dentre as quais destaca-se a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 241 /2016), que previa a redução dos gastos públicos por 20 anos, nesse sentido é preciso compreender que mesmo ilegítimo nenhum governo deve retroceder nas conquistas sociais fundamentais.

Claro, que essa redução de gastos implicaria no não cumprimento de políticas públicas já em andamento e que configuram a representação das conquistas sociais, como é o caso do Plano Nacional de Educação (2014-2024), além da adoção do modelo de administração educacional em moldes privatizados, a lógica mercadológica influencia desde a formação de professores até a escolha de materiais didáticos produzidos em larga escala. Nesse assim, percebe-se a valorização do capitalismo internacional, diante desse cenário o novo regime fiscal adotado, além de promover o aumento das privatizações e do setor terceirizado, procura aumentar o rendimento do trabalhador seguindo o viés educacional para prepara-lo, configurando uma demanda significativa dessa nova fase política educacional do Brasil.

A educação tem sido vista nesse contexto, como um meio de alcançar objetivos econômicos, desconsiderando os avanços históricos das minorias no tocante ao acesso e permanência na escola. Nesse sentido, é preciso conhecer além de Medida 241/2016, também a elementos como a Reforma do Ensino Médio, mudanças no FUNDEB, dentre outros mecanismos de desestruturação do sistema educacional.

Sendo assim, todo esses processos colocam em risco não apenas o desenvolvimento de atividades instituídas em documentos legais relativos a educação, mas à própria Constituição Federal de 1988 que em seu Capítulo III determina diversos aspectos regentes do sistema educacional brasileiro e que só podem ser executados com o custeio através do governo, como é caso do já referido PNE.

Segundo a Constituição Federal (1988) art.214

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela EC n. 59/2009).

Dessa forma, enquadrando-se nas estratégias previstas pela Meta 15 do PNE (2014-2024) para incentivar a formação de professores da Educação Básica em nível superior o PIBID, definido como Programa Institucional de Iniciação à Docência, encontra-se legalizado através da estratégia **“15.3) Ampliar programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica;”**

Portanto, a educação brasileira apesar dos avanços em aspectos fundamentais para sua aplicação nos diversos segmentos sociais, especificamente as minorias que geraram através de diversos movimentos, o nascimento do sonho do acesso ao saber e a cultura que transforma e liberta o homem. E que vergonhosamente vem sendo negado ou melhor desestruturado por um sistema de políticas mercadológicas e inconsequentes que colocam a educação como um instrumento de manipulação e preparação para a servidão econômica.

6 CONCLUSÃO

A qualidade da educação atual é resultado de uma série de modificações sociais que ocorreram ao longo dos séculos, depositando assim, na formação docente a responsabilidade de instruir a população com o intuito inicial de preparação para o trabalho.

Com o surgimento das primeiras Escolas Normais o maior desafio não seria agora, a infraestrutura, mas sim, os direcionamentos dos conteúdos a serem ministrados nessas instituições, pois o que prevalecia não era a preparação didático-pedagógico.

Passado o tempo, os Institutos Superiores configuraram o primeiro grande passo para resultar nos cursos superiores de formação docente que conhecemos. Sendo assim, o maior empasse agora, é assegurar uma formação de qualidade aos futuros professores, ainda no período inicial da carreira. Podemos afirmar que vários são os documentos que apontam nesta direção a exemplo da Constituição Federal 1988, da LDB 9.394-96, do Plano Nacional da Educação (2004- 2014), das Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Pedagogia, da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica entre outros.

Dentre as políticas voltadas para a formação de professores encontramos o PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), que regulamentado pelo Decreto 7.219/ 2010 tem como principais objetivos o incentivo a formação docente em nível superior para atuar na educação básica, contribuindo para a valorização do magistério, elevando a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, além de possibilitar o ingresso dos futuros professores mais cedo e por mais tempo no ambiente escolar.

No entanto, a desestruturação das políticas públicas educacionais que vem se consolidando mais efetivamente desde meados de 2016 com o governo interino do então presidente da República Michel Temer, tem fragilizado as documentos legais já em andamento, através da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 241 /2016), mudanças no FUNDEB, reforma do Ensino Médio, dentre outras medidas que acabam por desmontar todo o legado social, educacional e político conquistado pelas minorias, na luta pelo acesso a educação e a cidadania.

Dessa forma, o PIBID é uma política pública representante desses direitos e que tem se mostrado um programa que faz o diferencial na educação do país,

através da formação de professores com qualidade, da articulação entre teoria e prática, na qual a prática deve ser objeto de reflexão e caminho para a melhoria da sociedade através de uma educação inovadora e transformadora.

REFERÊNCIAS

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394** de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil> Acesso em 24 de out. 2017.

_____. **Decreto n. 8.752**, de 09 de maio de 2016. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos profissionais da Educação Básica. Brasília 9 de maio de 2016. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8752>. Acesso em 24 de set. de 2017.

_____. **Decreto nº 7.219, de 24 de JUNHO de 2010**. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID e dá outras providências. Brasília, 24 de junho de 2010; 189º da Independência e 122º da República. Acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7219.htm Acesso em: 25 de set. 2017.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação- PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 24 de set. 2017.

_____. **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1**, de 15 de MAIO de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Conselho Nacional de Educação - Conselho Pleno. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 24 de set. 2017.

BRASIL. **Constituição (1988)**. **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 160 p.

BRZEZINSK, Iria. Profissão Professor: identidade e profissionalização docente. Brasília: Plano Editora, 2002, 196 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (organizadora). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

HAGEMEYER, R. C. de Campos. **Dilemas e desafios da função docente na sociedade atual: os sentidos da mudança**. Educar, Curitiba, n. 24, p. 67-85, 2004. Editora UFPR. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a04.pdf>>. Acesso em: 24 de set. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MELLO, Guiomar Namó de. Formação inicial de professores para a educação Básica: uma (re) visão radical. **São Paulo Perspect**. Vol. 14. N^o 1. São Paulo Jan./Març.2000. Disponível em:< <http://www.scielo.br>> Acesso em: 20 de set. 2017.

PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio e docência**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011- (Coleção docência em formação.- Série Saberes Pedagógicos)

Relatório de Gestão DEB 2009 – 2014. Volume I. Disponível em:
http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/20150818_DEB-relatorio-de-gestao-vol-1-com-anexos Acesso em 25 de set. 2017.

SAVIANI, Dermeval. História da formação docente no Brasil: três momentos decisivos. **Educação. Revista do Centro de Educação**, vol.30, num. 2, julho-deciembre,2005, pp. 11-26. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Catarina-RS, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=117120356002>> Acesso em: 24 de set. 2017.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A prática pedagógica do professor de didática**. Campinas, SP: Papirus, 1989.